

SUSTENTABILIDADE EM PAUTA NAS UNIVERSIDADES: NÍVEL DE AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE

1. INTRODUÇÃO

A importância da difusão da sustentabilidade na sociedade já é consenso. A visão reduzida do assunto unicamente à crise ambiental, cede espaço para discussões mais fundamentadas, alicerçadas em pressupostos teóricos, da necessidade de implementação de inovações tecnológicas para efetivo enfrentamento e mitigação dos efeitos da mudança climática global, e pelo resgate da ecologia de saberes (SANTOS, 2010). Sendo assim, é essencial que todas as esferas da sociedade estejam envolvidas neste processo. Para tal, introduzir ainda na primeira infância a importância de viver em harmonia com nosso planeta e seus recursos é fundamental.

Neste sentido, as instituições de ensino têm papel vital em semear o assunto, como dito anteriormente desde a educação básica, até o ensino superior. Quando crescemos em um ambiente onde somos estimulados a pensar de forma sustentável e desenvolver nossas atitudes pautadas no respeito com a sociedade e o meio ambiente, torna-se mais fácil carregar atitudes sustentáveis ao longo da vida adulta, formando o que se chama de consciência ambiental.

A Conferência de Estocolmo, realizada ainda da década de 70, despertou a necessidade de desenvolver uma legislação interna acerca da consciência ambiental e seu ensino, sendo esta nova preocupação consagrada na Constituição Brasileira de 1986 no artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI que incumbe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” assim como pela Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1997, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação ambiental.

Posteriormente, em 2012, um grande passo foi dado com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Respalhando as demais leis anteriores e sua inserção, pois cita que “[...] Educação Básica e em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental” (BRASIL, 2012, p.1). As DCNEA (2012, p. 4), na seção dos objetivos, afirma a necessidade de: “I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo”.

Dessa forma, para atender a esses dispositivos legais é necessária uma reorganização curricular a fim de contemplar a dimensão socioambiental e todas as questões que se relacionam com a sustentabilidade, com intuito de uma formação permanente do indivíduo. Sendo assim, a ambientalização curricular pode ser compreendida na perspectiva do tripé: currículo, gestão e espaço físico. Segundo Sgarbi et. al.(2008), os estudos sobre a sustentabilidade têm apresentado um crescente interesse na comunidade acadêmica, despertando não só o interesse dos estudiosos da área socioambiental, mas também dos pesquisadores de temas como estratégia, competição, gestão, dentre outros.

Logo, podemos observar que há a importância de ampliar a discussão da ambientalização para toda a comunidade universitária, por meio da abertura de espaços de discussão, realização de formações continuadas envolvendo gestores, professores e funcionários, a criação de comitês para planejamento da gestão ambiental do campus ou o fortalecimento de centros estudantis.

Sendo assim, a temática deste artigo gira em torno da ambientalização curricular dos cursos de pós-graduação em gestão financeira no município de Fortaleza/CE. A pesquisa originou-se do seguinte questionamento: Qual nível de ambientalização curricular dos cursos de pós-graduação em gestão financeira no município de Fortaleza/CE? O objetivo geral

delineado para este estudo é: Identificar o nível da ambientalização curricular nos cursos de pós-graduação em gestão financeira no município de Fortaleza/CE. Já os objetivos específicos que ajudarão a elucidar o objetivo geral são quatro: 1. Mapear as instituições de ensino de Fortaleza/CE que ofertam pós-graduação em gestão financeira; 2. Citar quais são os fatores considerados na medição da ambientalização curricular; 3. Analisar os dados da ambientalização dos cursos de pós-graduação em gestão financeira do município de Fortaleza/CE.

O presente artigo justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre ambientalização curricular também aos cursos de pós-graduação, já que esses têm grande importância dentro de uma IES, além disso, restringe-se à área de gestão financeira pois nesta especialização específica estuda-se muito sobre formas de gerir organizações assim como tomar melhores decisões que posterguem o funcionamento das empresas. Logo, não podemos deixar de associar este campo de estudo da sustentabilidade, pois para que haja um futuro no planeta devemos planejar ações baseadas nos princípios sustentáveis. Com relação ao estudo abranger instituições de Fortaleza, justifica-se pela relevância do município na região Nordeste, além da necessidade de restringir a área das IES para que a coleta e análise das informações seja mais precisa.

Diante desses fatores elucidados, além desta introdução, o estudo está organizado nas seguintes seções: i) fundamentação teórica abordando os temas ensino e sustentabilidades nas IES e ambientalização das grades curriculares; ii) discussão e processos metodológicos e iii) conclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Ensino de sustentabilidade nas IES

A temática ambiental nas IES vem sendo discutida desde a década de 1970 através da conferência de Estocolmo, conforme vimos anteriormente, constatando a responsabilidade do ensino superior na promoção de um sistema sustentável. Em 2012, a declaração da Educação Superior para a RIO+20, debateu a importância de reconhecer as responsabilidades que as IES possuem sobre o enfoque do desenvolvimento sustentável e encorajamento para promover ações relacionadas à temática (Rio+20 Treaty on Higher Education, 2015).

Em meio às discussões sobre desenvolvimento sustentável, a educação para a sustentabilidade (EpS) tem ganhado destaque nos debates, uma vez que “a educação surge como agente de transformação, ao sensibilizar e estimular o indivíduo a exercer seu papel de consumidor cidadão” (Silva, et al. 2013, p. 155). Independentemente do caráter público ou privado de uma Instituição de Ensino Superior, possuir práticas sustentáveis, se torna uma característica de destaque neste mercado. Dessa forma, torna-se vital a participação das instituições nos processos decisórios da sociedade, promovendo à ética, e atendendo as demandas sociais e ambientais.

A presença das instituições de ensino na discussão sobre gestão ambiental não pode ser descartada, pois elas também precisam encontrar soluções para os problemas pertinentes ao ambiente que as cercam. O desenvolvimento de uma consciência ambiental envolve diversas áreas da sociedade, incluindo o setor educacional, que está imerso na perspectiva sustentável, principalmente pelo fato de exercer papel fundamental de conscientizar os tomadores de decisão no amanhã. Destaca-se, que é preciso ir além de ensinar as práticas corretas, é imprescindível que as organizações educacionais pratiquem aquilo que ensinam.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) instituiu o período de 2004 a 2015 como a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo é inserir na aprendizagem os valores da sustentabilidade, fundamentada na visão de mundo em que todos tenham a oportunidade de se beneficiar da

educação e de aprender os valores e o comportamento exigidos para um futuro sustentável (Venzke & Nascimento, 2013).

Jacobi, Rafflet e Arruda (2011) apontam que “a maioria das instituições de ensino superior tem conseguido apenas pequenos avanços incrementais na direção do fortalecimento de uma agenda educacional para a questão da sustentabilidade, confrontadas com a complexidade, bem como com uma incorporada resistência à mudança”.

2.2. Ambientalização das grades curriculares

As últimas décadas contribuíram de forma definitiva para os estudos sobre a educação e sustentabilidade no mundo. De acordo com Barbieri e Silva (2011) a concepção de educação ambiental (EA) é componente essencial do movimento pelo desenvolvimento sustentável que se tornou popular desde o fim do século passado e cresce diariamente, à medida que as crises sociais e ambientais de dimensão planetária se alastram.

Em âmbito internacional, por recomendações da Conferência de Estocolmo (1972), foi promulgada em 1975 a Carta de Belgrado que se tratava de um documento escrito por especialistas a respeito das questões pertinentes à educação ambiental (EA), o qual estabeleceu seis objetivos da EA que são: Conscientização - contribuir para que os indivíduos e grupos adquiram consciência em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados a ele; Conhecimento - propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades; Atitudes – propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais; Habilidades - proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa; Capacidade de avaliação - estimula a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental e Participação - contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais, ameaçando o futuro da humanidade e do próprio planeta. (Barbieri&Silva, 2011, pp. 55-56).

A temática da ambientalização e, em específico, da ambientalização curricular constitui-se, por si só, um campo profícuo de investigação, para dar visibilidade à temática ambiental nas universidades, abrindo caminhos para discussões, tomadas de decisão e compromisso com a implementação de ações de responsabilidade socioambiental. Kitzmann e Asmus (2012) definem ambientalização curricular como “um processo de inovação por meio de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos conteúdos e às práticas das instituições de ensino”

O tema da ambientalização reforça sua relevância, principalmente a partir da publicação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, da Resolução nº 2 de junho de 2012 que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA (BRASIL, 2012). Essas diretrizes reafirmam que a educação ambiental (EA) deve estar presente, em todos os níveis e modalidades de ensino. Se pensarmos em nossas Instituições de Ensino, com modelos aprisionados em disciplinas, e em uma grade curricular, o processo de ambientalização curricular representa uma possibilidade de dar maior visibilidade à complexidade dos saberes ambientais, e o sentimento de pertencimento dos jovens às instituições de ensino.

Com isso, as instituições de ensino, da Educação Básica à Superior, são convidadas a promovê-las em suas políticas institucionais e curriculares de forma transdisciplinar, permeada em todas as áreas do conhecimento. Embora as DCNEA não utilizem diretamente o termo ambientalização, em seu artigo 21º, a referida Resolução nos remete a esse conceito, quando determina que:

“Os sistemas de ensino devem promover as condições para que suas instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a

intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência para seu território”. (BRASIL, 2012, p. 7).

A ambientalização curricular compreende a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental. Portanto, os Projetos Pedagógicos e os planos de ensino dos cursos deveriam conter conceitos e instrumentos curriculares que permitissem entender e apreciar o ambiente e sua complexidade, além de conteúdos que possibilitem os estudantes compreenderem a relação entre a atividade humana e o ambiente, de maneira a integrar o fator ambiental em sua futura atividade profissional (BOLEA et al., 2004). “[...] isso representa uma mudança radical na concepção e explicação de muitas das disciplinas lecionadas na Universidade” (BOLEA et al., 2004, p. 444).

Ambientalizar o currículo não é uma ideia nova, mas transformadora, pois significa instaurar, no sistema educativo, uma série de mudanças que incluam: [...] inovações conceituais, metodológicas e atitudinais, mas também estruturais e organizacionais, que permitam um enfoque interdisciplinares, que facilite um planejamento global de objetivos e conteúdo, que se aproxime da compreensão da complexidade e da visão planetária [...] que facilitem a descentralização e a flexibilidade do currículo necessária para adaptar-se ao entorno e dar respostas as suas inquietudes⁶. (GONZÁLES MUÑOZ, 1996, p. 37).

Portanto, a ambientalização da universidade envolve não só o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental, como um processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos “espaços educadores sustentáveis”. Esses espaços são aqueles que têm “[...] a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental” (TRAJBER; SATO, 2010, p. 71).

Frente a esse desafio, as universidades assumem importante papel na responsabilidade socioambiental, de modo que a temática da ambientalização passa a se constituir em uma nova linha de investigação e intervenção. Com relação a isto, é evidente que os discentes reconhecem a importância da EA na sua formação acadêmica e para além dela, e muitas vezes demonstram estar insatisfeitos com a importância que os cursos estabelecem para esses conteúdos (ALEXANDRE, 2014; ROSA, 2015; SILVA, 2014), mas as lacunas socioambientais existentes são cada vez mais visíveis e frequentes. É como se estudos na área se ampliassem, mas não conseguissem reverter/minimizar/solucionar consideravelmente essa situação.

3. DISCUSSÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção aborda os caminhos metodológicos trilhados para argumentar e ampliar o entendimento no que diz respeito à pergunta inicial e ao escopo do estudo. Descreve-se como foi feita a seleção dos sujeitos, além de serem explicados os materiais utilizados e as técnicas de coleta e análise dos dados.

3.1. Caracterização do tipo e do método da pesquisa

Essa pesquisa é do tipo quali-quantitativa, visto que os dados a respeito das características da ambientalização foram colhidos e posteriormente agrupados em tabela. De acordo com Strauss e Corbin (2015) muitos pesquisadores coletam dados por meio de técnicas associadas a métodos qualitativos e ao final eles codificam os dados para que possam ser posteriormente analisados estatisticamente; só que na verdade, eles estão quantificando dados que são qualitativos. Já para Creswell (2010), o desenvolvimento e a legitimidade percebida de ambos os métodos de pesquisa geraram uma popularização da pesquisa de métodos mistos, a

qual abrange os pontos fortes tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa, proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados.

Dessa forma, as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014; CRESSWELL; PLANO-CLARK, 2013; FLICK, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Além disso, a pesquisa também pode ser considerada como documental visto que foram colhidas informações dos sites das IES consideradas como amostra da pesquisa. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

3.1.2. Universo da pesquisa

O universo em que foi realizada esta pesquisa compreende 8 IES que ofertam o curso de pós-graduação em gestão financeira no município de Fortaleza/CE. O curso de pós-graduação foi escolhido para ser objeto do estudo já que nível acadêmico tem grande importância dentro de uma IES, dado sua importância para produção de conhecimento científico. Restringe-se à área de gestão financeira visto que nesta especialização temos disciplinas direcionadas a formas de gerir organizações assim como tomar decisões que posterguem o funcionamento das empresas. Neste contexto, não podemos desassociar este campo de estudo da sustentabilidade, pois é necessário planejar o futuro das empresas e suas atividades conciliando com o futuro no planeta e planejando ações baseadas nos princípios sustentáveis. Além disso, delimita-se o estudo com as IES de Fortaleza/CE dada a relevância do município na região Nordeste, além da necessidade de restringir a área das IES para que a coleta e análise das informações seja mais precisa.

3.1.3. Instrumentos e técnicas de coleta de dados

A coleta de dados aconteceu através dos dados disponíveis nos sítios eletrônicos das IES pesquisadas. Foram consideradas informações como as grades curriculares disponíveis do curso de pós-graduação em questão, o público-alvo desse curso, além de informações contidas no site que tratavam a respeito de como a IES compreende e está inserida no contexto da sustentabilidade, tanto em suas práticas como no ensino.

3.2. Análise dos dados

Para iniciar a análise dos dados foi necessário entender as características consideradas na ambientalização curricular e assim possuir parâmetro para mensurar o nível de ambientalização dos cursos de pós-graduação em gestão financeira nas IES da amostra. Guerra e Figueiredo (2014) representam essas características de forma didática e visando a desconstruir uma possível compreensão de hierarquia:

1. Adequação metodológica;
2. Espaços de reflexão e participação democrática;
3. Compromisso com a transformação das relações Sociedade-Natureza;
4. Complexidade;
5. Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade;
6. Contextualização: Local-Global-Local/Global-Local-Global;
7. Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento;
8. Considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos;
9. Coerência e reconstrução entre teoria e prática;
10. Orientação prospectiva de cenários alternativos (que se respeitem as gerações futuras).

Para verificar os avanços da sustentabilidade nas IES, podem-se utilizar as ferramentas defendidas por Shriberg (2002 apud BRANDÃO; MALHEIROS; LEME, 2014, p. 64): identificar e capturar importantes questões nas áreas social, econômica e ambiental; ser calculáveis e comparáveis, o que facilita o monitoramento e o progresso das metas para a sustentabilidade; avançar para além da ecoeficiência, pois a sustentabilidade transcende o nível tecnológico e abrange políticas e atitudes de atores da sociedade; mensurar processos e motivações; serem compreensíveis às partes interessadas sem comprometer a precisão e a complexidade necessárias em determinados casos.

A análise de dados foi dividida em quatro etapas que são: mapeamento, coleta, classificação e análise. A primeira etapa compreende o mapeamento das universidades que ofertam o curso. Este foi realizado através de pesquisa na internet, para encontrar quais IES ofertavam o curso de pós-graduação em Gestão Financeira no município de Fortaleza/CE, chegando ao total de 8, que encontram-se dispostas na tabela 1.

A segunda etapa refere-se a coleta de dados e informações nos *sites* das instituições mencionadas onde foram coletados aqueles compatíveis com as características consideradas na ambientalização curricular, para que possamos elucidar a pergunta base da pesquisa. Nesta etapa foi observado que em algumas universidades as informações são encontradas com mais facilidade, pois estas se preocupam em disponibilizar tais dados, já em outras a análise foi subjetiva visto que não havia informação com precisão disponível.

A terceira etapa teve como produto a tabela 1, pois constitui-se como a fase de classificação das informações encontradas em relação as características da ambientalização curricular dos cursos. A tabela está disposta de forma que a coluna da esquerda contém as características anteriormente mencionadas e na linha suspensa temos as universidades alvo da pesquisa. Após isso, atribui-se o número 1 para “característica presente” e 0 para “característica não presente”, conforme podemos observar abaixo:

Tabela 1: Classificação das características de ambientalização curricular nas IES.

Características ambientalização	Estacio	FGV	Unifor	Unip	Ateneu	Uninassau	FBuni	Uni7
Adequação mercadologica	1	0	0	0	0	0	0	0
Espaço de reflexao e participação democratica	1	1	1	1	1	1	1	1
Complexidade	1	0	1	0	0	0	0	0
Compromisso com as transformações da relação sociedade-natureza	1	1	1	1	1	1	1	1
Ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Contextualização local-global-local global-local-global	1	1	1	1	1	1	1	1
Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento	1	1	1	1	1	1	1	1
Coerencia e reconstrução entre teoria e pratica	0	1	1	0	0	0	0	0
Orientação prospectiva de cenarios alternativos (que se respeitem gerações futuras)	1	1	1	0	0	0	0	1
Considerar aspectos cognitivos e afetivos, eticos e estetico	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	8	7	8	5	5	5	5	6

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A quarta e última etapa compreende a análise das informações encontradas a respeito do nível de ambientalização baseado na classificação feita em tabela anteriormente. Podemos observar que o total de pontos variou significativamente entre as IES, pois considerando o total de 10 pontos em relação às características da ambientalização curricular, 50% das IES possuem em sua estrutura apenas cinco pontos enquanto 25% das IES chegam a ter presentes oito características. Esta variação pode significar que não há nivelamento entre as IES, ou seja, estas não seguem um padrão para alcançar nível máximo de ambientalização curricular, ou até mesmo podem não estar seguindo diretrizes curriculares que asseguram a sustentabilidade inserida na educação.

3.3 Resultados

Podemos observar, de acordo com a tabela, que nenhuma das universidades pesquisadas atingiu o nível máximo de ambientalização curricular de acordo com a metodologia utilizada de classificação. As universidades com a maior pontuação foram Estácio e Unifor, que apresentaram mais características de ambientalização presentes, atingindo oito pontos de dez pontos totais. Consequentemente podemos dizer que estas universidades possuem alto nível de ambientalização curricular dentre as IES pesquisadas. Em seguida temos a FGV que obteve sete pontos no total, sendo insuficiente nos quesitos adequação mercadológica, complexidade e ordem disciplinar, no entanto, ainda pode ser considerada com bom nível de ambientalização curricular do curso visto que possui 70% das características presentes.

Com seis pontos temos a Uni7, que além das deficiências citadas anteriormente também não apresentou dados a respeito de coerência entre teoria e prática. E em seguida temos Unip, Ateneu, Uninassau e Fbuni que atingiram apenas cinco pontos totais na classificação da ambientalização curricular, sendo insuficiente em 50% das características, sendo consideradas com baixo nível de ambientalização curricular e demonstrando que apesar de serem universidades com grande relevância no mercado dentro do município pesquisado, ainda tem um longo caminho na adequação de suas práticas e do ensino em relação a ambientalização curricular e disseminação do pensar sustentável.

Nesse contexto, verificamos que se espera que a universidade lidere o caminho da incorporação da sustentabilidade com a sociedade em vista do serviço prestado para o fortalecimento da produção de conhecimento e a construção de valores. Do ponto de vista pedagógico, não se consolida o processo de construção do conhecimento por aquilo que é somente transmitido. Ou seja, igualmente importante é considerar o adquirido por meio de vivências que transformam o desafio de educar em um ato mais vivo e próximo da realidade na qual os envolvidos estão inseridos. Dessa maneira, os estudantes, ao aprenderem, vivenciarem e experimentarem, poderão contribuir positivamente com as comunidades locais, nacionais e/ou globais.

4. CONCLUSÃO

O papel da educação no contexto da sustentabilidade é primordial. Pois é necessário haver mudanças no comportamento e mentalidade da sociedade de forma a conscientizar as pessoas às mudanças ocorridas no planeta, e à necessidade de construirmos um futuro mais sustentável para todos. As IES, como formadoras de profissionais, representam um espaço fundamental para a educação para a sustentabilidade, assim como para as práticas de sustentabilidade, como exemplo complementar à educação.

Pudemos observar que a pergunta base do artigo foi respondida, visto que através da análise dos dados conseguimos chegar ao nível de ambientalização curricular dos cursos de pós-graduação em gestão financeira em Fortaleza/CE. Os resultados apontaram que apesar de existir IES com boas práticas e alto nível de ambientalização, ainda há um longo caminho a percorrer, de forma a uniformizar o ensino em todas as instituições. Há de se falar sobre maior fiscalização em relação as diretrizes curriculares instituídas por lei, assim como cobrança dos futuros alunos dessas instituições para que estas possam aumentar seus níveis de ambientalização curricular.

Como estudo futuro, propõe-se a análise das instituições por completo, considerando todos os seus cursos, em vista de verificarmos se o nível de ambientalização curricular apresenta aumento considerável se utilizarmos como parâmetro outras áreas e cursos dessas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Elimar Rodrigues. A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular. 2014. 245 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/761>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM - Revista de Administração Mackenzie, São Paulo (SP), v. 12, n. 3, p. 51-82, maio/jun. 2011. Edição Especial.

BRANDÃO, Maicom Sergio; MALHEIROS Tadeu Fabrício; LEME, Patrícia Cristina Silva. Indicadores de sustentabilidade para a gestão ambiental universitária: o caso da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. In: RUSCHEINSKY, Aloisio et al. (org.). Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades. São Carlos: EESC; USP, 2014. p. 62-82.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012.

BOLEA, Y. et al. Ambientalización Curricular de los Estudios de Informática Industrial: La experiencia en la UPC. JORNADAS DE ENSEÑANZA UNIVERSITARIA DE INFORMÁTICA: ROBÓTICA E INFORMÁTICA INDUSTRIAL, 10, 2004, Anais. Alicante, Espanha: Editora da Universidade de Alicante, 2004, p. 443- 451.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W.; PLANO-CLARK, V. L. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, U. An introduction to qualitative research. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2009.

GONZÁLES MUÑOZ, M. C. Principales tendencias y modelos de la educación ambiental en el sistema escolar. Revista ibero-americana de educación, n. 11, p. 13-74, 1996.

GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEREDO, Mara Lúcia. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. Educar em Revista, Curitiba, n. 3, p. 109-126, 2014.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M.P. Educação para a sustentabilidade nos Cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 12, n. 3, edição especial, p. 21-50, maio/jun. 2011.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. L. Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

RIO+20 Treaty On Higher Education. Disponível em: <<https://www.copernicus-alliance.org/rio-20-treaty>>. Acesso em 19 de jul. 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SGARBI, V.S et.al.Os Jargões da Sustentabilidade: uma Discussão a partir da Produção Científica Nacional, engema 2008.

SILVA et al. Um espelho, um reflexo! A Educação para a Sustentabilidade como Subsídio para uma Tomada de Decisão Consciente do Administrador. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo/ SP. v. 14. n. 3. edição especial, maio/junho. 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

TRAJBER, Rachel; SATO Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. ISSN 1517-1256, v. especial, set. de 2010.

Venzke, C. S., & Nascimento, L. F. M. Caminhos e Desafios para a Inserção da Sustentabilidade Socioambiental na Formação do Administrador Brasileiro. Revista Administração Mackenzie – RAM, v.14, n.3. 2013.